

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Curso de Direito Administrativo

5.^a edição

revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 02.01.2017

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

O51c

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende

Curso de Direito Administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7330-8

1. Direito Administrativo. I. Título.

13-03561

CDU: 342.9(81)

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	XLIII
CAPÍTULO 1	
DIREITO ADMINISTRATIVO: GÊNESE E EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	
1.1 Origem do Direito Administrativo	1
1.2 Conceito de Direito Administrativo	3
1.3 Sistemas administrativos: sistema de jurisdição una (sistema inglês) e sistema do contencioso administrativo ou dualidade de jurisdição (sistema francês).....	4
1.4 Direito Administrativo comparado e brasileiro	5
1.4.1 França.....	5
1.4.2 Alemanha	5
1.4.3 Itália.....	5
1.4.4 Espanha.....	6
1.4.5 Portugal.....	6
1.4.6 Argentina.....	6
1.4.7 Inglaterra e Estados Unidos	6
1.4.8 Direito Administrativo comunitário e Direito Administrativo global	7
1.4.9 Brasil.....	8
1.5 Ausência de codificação do direito administrativo e pluralidade de fontes...	9
1.6 Taxinomia do Direito Administrativo: relações com outros ramos do Direito	10
1.7 Evolução do Estado e do Direito Administrativo	11
1.8 A constitucionalização do Direito Administrativo e a valorização dos princípios constitucionais	13
1.9 Mutações e tendências do Direito Administrativo	16
1.10 Resumo do capítulo	17

CAPÍTULO 2
FONTES, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO
DO DIREITO ADMINISTRATIVO

2.1	Fontes do Direito Administrativo	21
2.1.1	Lei (juridicidade).....	22
2.1.2	Doutrina	23
2.1.3	Jurisprudência.....	23
2.1.4	Costumes	24
2.1.5	Precedentes administrativos	25
2.2	Interpretação do Direito Administrativo	27
2.3	Integração do Direito Administrativo	29
2.4	Resumo do capítulo	31

CAPÍTULO 3
PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

3.1	A força normativa dos princípios no pós-positivismo: distinção entre princípios e regras	33
3.2	Princípios do Direito Administrativo em espécie.....	35
3.2.1	Princípio da legalidade (juridicidade)	35
3.2.2	Princípio da impessoalidade	38
3.2.3	Princípio da moralidade	38
3.2.4	Princípio da publicidade.....	39
3.2.5	Princípio da eficiência	41
3.2.6	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	43
3.2.7	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado (princípio da finalidade pública)	45
3.2.8	Princípio da continuidade.....	48
3.2.9	Princípio da autotutela.....	50
3.2.10	Princípios da consensualidade e da participação.....	50
3.2.11	Princípios da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé.....	54
3.3	Resumo do capítulo	59

CAPÍTULO 4
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
CONCESSÕES E TERCEIRO SETOR

4.1	Transformações do Estado e nova organização administrativa.....	63
4.2	Federação e o princípio da separação de poderes: o exercício da função administrativa	66
4.3	Desconcentração e descentralização administrativa	68
4.4	A organização administrativa em setores: 1.º setor (Estado), 2.º setor (mercado) e 3.º setor (sociedade civil)	71

4.5	Administração Pública e seus sentidos: subjetivo e objetivo.....	71
4.6	Administração Pública e Governo.....	72
4.7	Administração Pública direta e indireta	73
4.8	Entidades da administração pública indireta	74
4.9	Características comuns das entidades administrativas	75
4.9.1	Reserva legal.....	76
4.9.2	Controle ou vinculação.....	77
4.10	Resumo do capítulo	79

CAPÍTULO 5 ÓRGÃOS PÚBLICOS

5.1	Conceito	81
5.2	Teorias dos órgãos públicos	82
5.3	Criação e extinção	83
5.4	Capacidade processual ou judiciária	84
5.5	Capacidade contratual e o contrato de gestão	85
5.6	Classificações	87
5.7	Resumo do capítulo	89

CAPÍTULO 6 AUTARQUIAS

6.1	Conceito	93
6.2	Criação.....	93
6.3	Objeto	93
6.4	Regime de pessoal	94
6.5	Patrimônio	95
6.6	Atos e contratos	97
6.7	Foro processual.....	97
6.8	Responsabilidade civil	97
6.9	Prerrogativas especiais.....	98
6.10	Classificações	98
6.11	Autarquias e qualificações especiais: agências executivas, agências reguladoras e associações públicas	99
6.12	Resumo de capítulo	101

CAPÍTULO 7 AGÊNCIAS REGULADORAS

7.1	Origem, fontes normativas e fundamentos.....	103
7.2	Atividade regulatória	104
7.3	Classificações das agências reguladoras	105
7.4	Regime jurídico especial.....	106
7.4.1	Poder normativo e deslegalização	106

7.4.1.1	Lei e superveniência de ato regulatório: revogação diferida.....	108
7.4.1.2	Atos regulatórios x atos regulamentares	109
7.4.2	Autonomia administrativa	110
7.4.2.1	Estabilidade reforçada dos dirigentes.....	110
7.4.2.2	Impossibilidade de recurso hierárquico impróprio.....	111
7.4.3	Autonomia financeira e as taxas regulatórias	113
7.5	O risco da teoria da captura e a legitimidade das agências reguladoras.....	114
7.6	Resumo do capítulo	115

CAPÍTULO 8
EMPRESAS ESTATAIS: EMPRESAS
PÚBLICAS E SOCIEDADES
DE ECONOMIA MISTA

8.1	Conceito e estatuto jurídico (Lei 13.303/2016)	117
8.2	Empresas públicas x sociedades de economia mista	120
8.2.1	Composição.....	120
8.2.2	Forma societária	121
8.2.3	Foro competente para julgamento dos litígios	121
8.3	Criação.....	122
8.4	Objeto	123
8.5	Regime societário	125
8.6	Regime de pessoal	130
8.7	Patrimônio	131
8.7.1	Penhora.....	132
8.7.2	Usucapião	132
8.8	Atos e contratos	133
8.9	Responsabilidade civil	134
8.10	Controle do Tribunal de Contas.....	134
8.11	Imunidade tributária.....	136
8.12	Falência.....	136
8.13	Resumo do capítulo	137

CAPÍTULO 9
FUNDAÇÕES ESTATAIS

9.1	Conceito e espécies	141
9.2	Criação.....	142
9.3	Objeto	143
9.4	Regime de pessoal	144
9.5	Patrimônio	144
9.6	Atos e contratos	144
9.7	Foro processual.....	145

9.8	Responsabilidade civil	145
9.9	Prerrogativas especiais.....	145
9.10	Controle.....	145
9.11	Resumo do capítulo	146

CAPÍTULO 10 CONSÓRCIOS PÚBLICOS

10.1	Conceito e fontes normativas	149
10.2	Características principais dos consórcios públicos antes e depois da Lei 11.107/2005.....	150
10.2.1	Consórcios públicos antes da Lei 11.107/2005	150
10.2.2	Consórcios públicos após a Lei 11.107/2005	151
10.3	Constitucionalidade das normas gerais sobre consórcios	152
10.4	Partícipes do consórcio público	154
10.5	Procedimento para instituição do consórcio público.....	154
10.5.1	Protocolo de intenções.....	155
10.5.2	Autorização legislativa	155
10.5.3	Contrato de consórcio.....	156
10.5.4	Personificação do consórcio.....	156
10.5.5	Contrato de rateio.....	156
10.5.6	Contrato de programa	157
10.6	Consórcio público de direito público: associação pública.....	158
10.6.1	Natureza jurídica: autarquia interfederativa	158
10.6.2	Criação	161
10.6.3	Objeto.....	161
10.6.4	Regime de pessoal	162
10.6.5	Patrimônio.....	162
10.6.6	Atos e contratos	163
10.6.7	Foro processual.....	163
10.6.8	Responsabilidade civil.....	164
10.6.9	Controle do Tribunal de Contas.....	164
10.7	Consórcio público de direito privado.....	165
10.7.1	Natureza jurídica: fundação estatal de direito privado interfere- derativa.....	165
10.7.2	Criação	165
10.7.3	Objeto.....	165
10.7.4	Regime de pessoal	166
10.7.5	Patrimônio.....	166
10.7.6	Atos e contratos	166
10.7.7	Foro processual.....	166
10.7.8	Responsabilidade civil.....	166

10.7.9	Controle do Tribunal de Contas.....	167
10.8	Resumo do capítulo	167

CAPÍTULO 11

CONCESSÃO E PERMISSÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS

11.1	Modalidades de concessão de serviço público	169
11.2	Concessão comum de serviços públicos	169
11.2.1	Conceito, fontes normativas e modalidades	169
11.2.2	Concessão de serviço público e autorização legislativa.....	170
11.2.3	Concessão x permissão de serviço público	171
11.2.4	Remuneração do concessionário: tarifas e receitas alternativas	173
11.2.5	Licitação: peculiaridades	174
11.2.5.1	Modalidades de licitação.....	174
11.2.5.2	Tipos de licitação.....	174
11.2.5.3	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade	175
11.2.6	Contrato de concessão comum: peculiaridades	176
11.2.6.1	Cláusulas essenciais	176
11.2.6.2	Prazo	176
11.2.6.3	Prorrogação.....	176
11.2.6.4	Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário.....	177
11.2.6.5	Encargos do poder concedente e da concessionária	178
11.2.6.6	Direitos e obrigações dos usuários.....	180
11.2.7	Interrupção do serviço público por inadimplemento do usuário.....	180
11.2.8	Gratuidade do serviço público e o contrato de concessão: limites e possibilidades	182
11.2.9	Extinção da concessão	184
11.2.10	Reversão dos bens	186
11.2.11	Responsabilidade civil.....	186
11.3	Concessão especial de serviços públicos (parcerias público-privadas – PPPs).....	187
11.3.1	Origem, fontes normativas e fundamentos.....	187
11.3.2	PPP patrocinada x PPP administrativa	189
11.3.3	Características das PPPs	191
11.3.3.1	Remuneração do concessionário	191
11.3.3.2	Repartição objetiva de riscos	193
11.3.3.3	Valor mínimo do contrato	194
11.3.3.4	Prazo contratual	195
11.3.3.5	Objeto complexo	195

11.3.3.6	Concessão comum x concessão especial (PPP)	195
11.3.3.7	Licitação: peculiaridades.....	196
11.3.3.8	Sociedade de propósito específico (SPE).....	198
11.3.3.9	Garantias diferenciadas e o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP)	200
11.3.3.10	Responsabilidade civil nas PPPs	202
11.4	Autorização de serviço público: polêmicas.....	202
11.5	Resumo do capítulo	204

CAPÍTULO 12 TERCEIRO SETOR

12.1	Conceito e fundamentos do terceiro setor	207
12.2	Características do terceiro setor	207
12.3	Entidades ou qualificações jurídicas no terceiro setor	209
12.3.1	Serviços Sociais Autônomos (Sistema S).....	209
12.3.2	Organizações Sociais (OS)	210
12.3.3	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs).....	211
12.3.4	OS x OSCIPs: quadro sinótico	213
12.3.5	Fundações de apoio	214
12.4	O novo marco regulatório das parcerias entre a administração e as organizações da sociedade civil (OSCs): aspectos relevantes da Lei 13.019/2014.....	216
12.5	Aspectos relevantes e controvertidos no terceiro setor	224
12.5.1	Foro processual competente para as causas do Terceiro Setor ..	224
12.5.2	Controle	225
12.5.3	Regime de pessoal	225
12.5.4	Patrimônio.....	226
12.5.5	Licitação no Terceiro Setor: aspectos polêmicos.....	226
12.5.5.1	Obrigatoriedade de processo objetivo de seleção para celebração do contrato de gestão e do termo de parceria.....	226
12.5.5.2	A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor	228
12.5.6	Responsabilidade civil.....	229
12.5.7	Imunidade tributária.....	231
12.6	Resumo do capítulo	232

CAPÍTULO 13 SERVIÇOS PÚBLICOS

13.1	Evolução e tendências do serviço público.....	235
13.2	Conceito do serviço público	238

13.3	Criação do serviço público (<i>publicatio</i>).....	240
13.4	Princípios dos serviços públicos	240
13.4.1	Princípio da continuidade.....	241
13.4.2	Princípio da igualdade ou uniformidade ou neutralidade.....	242
13.4.3	Princípio da mutabilidade ou atualidade	242
13.4.4	Princípio da generalidade ou universalidade.....	243
13.4.5	Princípio da modicidade	243
13.5	Classificação.....	244
13.5.1	<i>Uti universi e uti singuli</i>	244
13.5.2	Federais, estaduais, distritais, municipais e comuns.....	246
13.5.3	Administrativos, comerciais (ou industriais) e sociais.....	246
13.5.4	Essenciais e não essenciais.....	247
13.5.5	Próprios e impróprios (virtuais).....	247
13.5.6	Inerentes e por opção legislativa.....	248
13.6	Modalidades de execução: direta e indireta.....	248
13.7	Serviço público e o CDC.....	249
13.8	Resumo do capítulo	253

CAPÍTULO 14

PODERES ADMINISTRATIVOS

14.1	Conceito	255
14.2	Excesso e desvio de poder.....	256
14.3	Espécies de poderes administrativos	256
14.3.1	Poder normativo ou regulamentar.....	256
14.3.1.1	Conceito e fundamentos	256
14.3.1.2	Poder regulamentar x poder regulatório	258
14.3.1.3	Classificações.....	258
14.3.1.4	Reserva de administração	263
14.3.1.5	Deslegalização ou delegificação	264
14.3.2	Poder de polícia	265
14.3.2.1	Conceito: sentidos amplo e restrito	265
14.3.2.2	Críticas à expressão “poder de polícia”	266
14.3.2.3	Polícia administrativa x polícia judiciária.....	266
14.3.2.4	Supremacia geral x supremacia especial: poder de polícia x poder disciplinar	267
14.3.2.5	Ciclo de polícia	269
14.3.2.6	Licenças x autorizações de polícia: relativização da distinção	270
14.3.2.7	Campos de atuação ou espécies de poder de polícia	271
14.3.2.8	Fundamentos e limites do poder de polícia.....	271

14.3.2.9	Características	272
14.3.2.10	Obrigações positivas e negativas	276
14.3.2.11	Atividades comunicadas	277
14.3.2.12	Delegação do poder de polícia: limites e possibilidades	278
14.3.2.13	Poder de polícia entre entes federados (interfederativo)	282
14.3.3	Poder hierárquico	283
14.3.3.1	Conceito	283
14.3.3.2	Prerrogativas e deveres hierárquicos	283
14.3.3.3	Subordinação x vinculação	284
14.3.4	Poder disciplinar	285
14.3.4.1	Conceito	285
14.3.4.2	Discricionariedade do poder disciplinar	285
14.4	Resumo do capítulo	286

CAPÍTULO 15 ATO ADMINISTRATIVO

15.1	Conceito	289
15.2	Ato administrativo e o princípio da separação de poderes	289
15.3	Ato administrativo e o ato privado da administração	289
15.4	Ato administrativo e delegatários de atividades estatais	290
15.5	Ato e fato administrativo	290
15.6	Ato e processo administrativo	291
15.7	Ato administrativo e ato de governo (político)	291
15.8	Silêncio administrativo	292
15.9	Elementos do ato administrativo (perfeição, validade e eficácia)	293
15.9.1	Agente público competente	294
15.9.1.1	Delegação e avocação de competência	295
15.9.1.2	CrITÉRIOS de fixação da competência	297
15.9.2	Finalidade	298
15.9.3	Forma	299
15.9.3.1	Princípio da solenidade das formas	299
15.9.3.2	Princípio da simetria das formas	300
15.9.3.3	Formalidades essenciais x acidentais	300
15.9.4	Motivo	301
15.9.4.1	Motivo de fato (discricionário) x motivo de direito (vinculado)	301
15.9.4.2	Motivação dos atos administrativos	301
15.9.4.3	Teoria dos motivos determinantes	303
15.9.4.4	Móvel dos atos administrativos	304

15.9.5	Objeto.....	304
15.9.5.1	Objeto indeterminado (discricionário) e determinado (vinculado).....	305
15.10	Discricionariedade x vinculação	305
15.10.1	Mérito administrativo	306
15.10.2	Conceitos jurídicos indeterminados x discricionariedade	306
15.10.3	Controle judicial dos atos administrativos discricionários.....	307
15.10.3.1	Teoria do desvio de poder (<i>détournement de pouvoir</i>) ou desvio de finalidade.....	307
15.10.3.2	Teoria dos motivos determinantes.....	308
15.10.3.3	Teoria dos princípios jurídicos e o controle de juridicidade	308
15.11	Atributos dos atos administrativos	309
15.11.1	Presunção de legitimidade e de veracidade	310
15.11.2	Imperatividade.....	311
15.11.3	Autoexecutoriedade	312
15.12	Classificações dos atos administrativos.....	312
15.12.1	Critério da formação do ato: atos simples, compostos e complexos.....	312
15.12.2	Critério dos destinatários: atos individuais (concretos) e gerais (normativos).....	313
15.12.3	Critério dos efeitos: atos constitutivos, declaratórios e enunciativos	313
15.12.4	Critério da imperatividade: atos de império e de gestão.....	314
15.12.5	Critério do objeto: ato-regra, atos subjetivos e ato-condição....	314
15.12.6	Critério da competência ou da liberdade do agente: atos vinculados (regrados) e discricionários	315
15.12.7	Critério do âmbito dos efeitos: atos externos e internos.....	315
15.12.8	Critério da repercussão sobre a esfera jurídica do particular: atos ampliativos e restritivos	315
15.12.9	Critério da validade: atos válidos e inválidos.....	316
15.12.10	Critério da retratabilidade: atos revogáveis (retratáveis) e irrevogáveis (irretratáveis)	316
15.12.11	Critério da executoriedade: atos executórios e não executórios	316
15.12.12	Critério da formação ou da exequibilidade: atos perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados.....	317
15.13	Espécies de atos administrativos	317
15.13.1	Atos administrativos normativos	318
15.13.1.1	Decretos.....	319
15.13.1.3	Resoluções.....	320
15.13.1.4	Deliberações.....	320
15.13.2	Atos administrativos ordinatórios.....	320

15.13.2.1	Instruções.....	320
15.13.2.2	Circulares.....	320
15.13.2.3	Avisos.....	320
15.13.2.4	Portarias.....	320
15.13.2.5	Ordens de serviço.....	321
15.13.2.6	Ofícios.....	321
15.13.2.7	Despachos.....	321
15.13.3	Atos administrativos negociais ou de consentimento.....	321
15.13.3.1	Licença.....	321
15.13.3.2	Permissão.....	322
15.13.3.3	Autorização.....	322
15.13.3.4	Admissão.....	323
15.13.4	Atos administrativos enunciativos.....	323
15.13.4.1	Pareceres.....	323
15.13.4.2	Certidões.....	324
15.13.4.3	Atestados.....	324
15.13.4.4	Apostilas ou apostilamento.....	325
15.13.5	Atos administrativos de controle ou de verificação.....	325
15.13.5.1	Aprovação.....	325
15.13.5.2	Homologação.....	325
15.13.5.3	Visto.....	326
15.13.6	Atos administrativos punitivos ou sancionatórios.....	326
15.13.6.1	Multas.....	326
15.13.6.2	Interdições de atividades.....	327
15.13.6.3	Apreensão ou destruição de coisas.....	327
15.13.6.4	Sanções disciplinares.....	327
15.14	Extinção dos atos administrativos.....	327
15.14.1	Extinção normal ou natural.....	328
15.14.2	Extinção subjetiva.....	328
15.14.3	Extinção objetiva.....	328
15.14.4	Extinção por manifestação de vontade do particular: renúncia e recusa.....	328
15.14.4.1	Renúncia.....	328
15.14.4.2	Recusa.....	329
15.14.5	Extinção por manifestação de vontade da Administração: caducidade, cassação, anulação e revogação.....	329
15.14.5.1	Caducidade.....	329
15.14.5.2	Cassação.....	330
15.14.5.3	Anulação.....	330
15.14.5.4	Revogação.....	332

15.15	Convalidação ou sanatória	336
15.15.1	Atos nulos e anuláveis	337
15.15.2	Vícios insanáveis e sanáveis	337
15.15.3	Espécies de convalidação	338
15.15.3.1	Convalidação voluntária: ratificação, reforma e conversão	339
15.15.3.2	Convalidação involuntária: decadência administrativa	339
15.15.4	Convalidação: vinculação ou discricionariedade	341
15.16	Resumo do capítulo	341

CAPÍTULO 16 PROCESSO ADMINISTRATIVO

16.1	Conceito e fontes normativas	345
16.2	Processo ou procedimento	345
16.3	A processualização da atividade administrativa	346
16.4	Classificações	346
16.5	Princípios do processo administrativo	347
16.5.1	Princípio do devido processo legal	348
16.5.2	Princípio do contraditório	348
16.5.3	Princípio da ampla defesa	348
16.5.4	Princípio da oficialidade	348
16.5.5	Princípio do formalismo moderado (ou informalismo)	349
16.5.6	Princípio da verdade real ou material	349
16.5.7	Princípio da publicidade	349
16.5.8	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	349
16.5.9	Princípio da duração razoável do processo	349
16.5.10	Princípio da motivação	350
16.5.11	Princípio da gratuidade	350
16.5.12	Princípio da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé	350
16.5.13	Princípio da participação	350
16.5.14	Outros princípios: autotutela, recorribilidade e eficiência	351
16.6	Fases do processo administrativo	351
16.7	Recurso administrativo	351
16.7.1	Conceito e espécies	351
16.7.1.1	Recurso hierárquico próprio	352
16.7.1.2	Recurso hierárquico impróprio	352
16.7.1.3	Pedido de reconsideração	353
16.7.1.4	Revisão	353
16.7.2	Legitimidade, prazo e efeitos	353

16.7.3	Recurso e garantias (depósito prévio)	354
16.7.4	Recurso e <i>reformatio in pejus</i>	355
16.8	Decadência administrativa.....	356
16.9	Preclusão e “coisa julgada”	358
16.10	Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	359
16.10.1	Conceito.....	359
16.10.2	Pluralidade normativa: competência legislativa dos entes federa- dos.....	359
16.10.3	Sindicância administrativa	360
16.10.4	Inquérito administrativo	361
16.10.5	Fases do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	362
16.10.6	Defesa técnica no PAD e a Súmula Vinculante 5 do STF.....	362
16.10.7	Parecer da Comissão não vincula a decisão da autoridade competente	363
16.10.8	PAD: recurso, revisão e <i>reformatio in pejus</i>	364
16.10.9	Meios sumários: sindicância, verdade sabida e termo de decla- ração.....	364
16.10.10	Sanções disciplinares e prescrição	365
16.10.11	Processo disciplinar e processo penal.....	367
16.11	Resumo do capítulo	369

CAPÍTULO 17

LICITAÇÃO

17.1	Conceito	373
17.2	Fontes normativas	373
17.3	Competência legislativa.....	374
17.4	Princípios da licitação.....	375
17.4.1	Princípio da competitividade.....	376
17.4.2	Princípio da isonomia.....	376
17.4.3	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	377
17.4.4	Princípio do procedimento formal	378
17.4.5	Princípio do julgamento objetivo.....	378
17.5	A função regulatória da licitação	379
17.6	Objeto da licitação.....	380
17.6.1	Obras e serviços de engenharia	380
17.6.1.1	Projeto básico, projeto executivo e outras exigências legais.....	380
17.6.1.2	Vedações e impedimentos.....	382
17.6.1.3	Formas de execução: direta e indireta.....	383
17.6.2	Serviços.....	384
17.6.2.1	Terceirização: atividade-meio x atividade-fim.....	384

17.6.2.2	Quarteirização	385
17.6.2.3	Serviços de publicidade	386
17.6.3	Compras	387
17.6.3.1	Indicação de marcas, amostras e o princípio da padronização	387
17.6.3.2	Divisibilidade do objeto e licitação por item	388
17.6.4	Alienações	389
17.7	Sistema de registro de preços (SRP)	389
17.7.1	O “feito carona” no Sistema de Registro de Preços	392
17.8	Destinatários da regra da licitação	394
17.8.1	Administração Pública direta, indireta e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público	394
17.8.2	Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016)	394
17.8.2.1	Fontes normativas e objeto	394
17.8.2.2	Características principais	398
17.9	Contratação direta	409
17.9.1	Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993)	410
17.9.2	Dispensa de licitação (art. 24 da Lei 8.666/1993)	412
17.9.2.1	Valor reduzido (art. 24, I e II)	413
17.9.2.2	Situações emergenciais (art. 24, III e IV)	414
17.9.2.3	Licitação deserta (art. 24, V)	416
17.9.2.4	Intervenção no domínio econômico (art. 24, VI)	416
17.9.2.5	Licitação frustrada (art. 24, VII)	417
17.9.2.6	Contratação de entidades administrativas (art. 24, VIII, XVI e XXIII)	418
17.9.2.7	Segurança nacional (art. 24, IX)	420
17.9.2.8	Compra e locação de imóveis (art. 24, X)	421
17.9.2.9	Complementação do objeto contratual (art. 24, XI)	421
17.9.2.10	Gêneros perecíveis (art. 24, XII)	422
17.9.2.11	Entidades sem fins lucrativos (art. 24, XIII, XX, XXIV e XXXIII)	422
17.9.2.12	Negócios internacionais (art. 24, XIV)	425
17.9.2.13	Obras de arte (art. 24, XV)	425
17.9.2.14	Necessidade de manutenção de garantias (art. 24, XVII)	425
17.9.2.15	Forças Armadas (art. 24, XVIII, XIX e XXIX)	426
17.9.2.16	Bens destinados à pesquisa (art. 24, XXI)	426
17.9.2.17	Serviços públicos concedidos (art. 24, XXII)	427
17.9.2.18	Transferência de tecnologia e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica (art. 24, XXV, XXXI e XXXII)	427

17.9.2.19	Contratos de programa (art. 24, XXVI).....	429
17.9.2.20	Catadores de materiais recicláveis (art. 24, XXVII)	430
17.9.2.21	Alta complexidade tecnológica (art. 24, XXVIII).....	430
17.9.2.22	Assistência técnica e extensão rural (art. 24, XXX).....	430
17.9.2.23	Regras especiais de dispensa aplicáveis aos consórcios públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas e agências executivas (art. 24, § 1.º)	431
17.9.3	Inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei 8.666/1993).....	432
17.9.3.1	Fornecedor exclusivo (art. 25, I)	433
17.9.3.2	Serviços técnicos especializados (art. 25, II)	434
17.9.3.3	Artistas consagrados (art. 25, III)	435
17.9.3.4	Credenciamento	435
17.9.4	Quadro sinótico: contratação direta	436
17.10	Modalidades de licitação	436
17.10.1	Concorrência.....	437
17.10.2	Tomada de preços e o registro cadastral.....	438
17.10.3	Convite.....	439
17.10.4	Concurso	440
17.10.5	Leilão.....	441
17.10.6	Pregão.....	442
17.10.7	Consulta.....	444
17.11	Procedimento.....	445
17.11.1	Fases da licitação: interna e externa	445
17.11.2	Edital	447
17.11.3	Habilitação.....	447
17.11.3.1	Habilitação jurídica.....	448
17.11.3.2	Qualificação técnica.....	448
17.11.3.3	Qualificação econômico-financeira.....	448
17.11.3.4	Regularidade fiscal e trabalhista	449
17.11.3.5	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da CRFB.....	451
17.11.4	Julgamento (tipos de licitação) e classificação.....	451
17.11.5	Homologação e adjudicação	452
17.12	Anulação e revogação da licitação	453
17.13	Recursos administrativos	454
17.14	Cooperativas nas licitações	455
17.15	Microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006) e o tratamento diferenciado nas licitações	457
17.15.1	Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista.....	458
17.15.2	Empate ficto ou presumido.....	458

17.15.3	Possibilidade de licitações diferenciadas	459
17.15.4	Exigências para aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006.....	461
17.15.5	Cédula de crédito microempresarial.....	462
17.16	A participação de consórcios empresariais nas licitações.....	462
17.17	Regime diferenciado de contratações públicas (RDC).....	464
17.17.1	Fontes normativas, objeto e finalidades	464
17.17.2	Características principais	467
17.18	Resumo do capítulo	471

CAPÍTULO 18

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

18.1	Conceito e espécies de contratos da administração pública: contrato administrativo x contrato privado	477
18.2	Fontes normativas e competência legislativa.....	478
18.3	Sujeitos do contrato.....	479
18.4	Características.....	481
18.4.1	Formalismo moderado	481
18.4.2	Bilateralidade	482
18.4.3	Comutatividade	482
18.4.4	Personalíssimo (<i>intuitu personae</i>)	483
18.4.5	Desequilíbrio.....	483
18.4.6	Instabilidade.....	483
18.5	Formalização do contrato e garantias.....	483
18.6	Cláusulas exorbitantes	485
18.6.1	Alteração unilateral	485
18.6.2	Rescisão unilateral.....	487
18.6.3	Fiscalização.....	488
18.6.4	Aplicação de sanções.....	488
18.6.5	Ocupação provisória	488
18.6.6	Outras cláusulas exorbitantes.....	489
18.6.7	A releitura das cláusulas exorbitantes	489
18.7	Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos	490
18.7.1	Reajuste.....	491
18.7.2	Revisão	492
18.7.3	Atualização financeira.....	493
18.7.4	Repactuação	494
18.8	Duração dos contratos.....	494
18.8.1	Contratos por prazo certo e contratos por escopo.....	494
18.8.2	Regra geral da duração: vigência do crédito orçamentário.....	494

18.8.3	Exceções: contratos com prazo superior à vigência do orçamento	495
18.8.3.1	Projetos previstos no Plano Plurianual	495
18.8.3.2	Serviços contínuos	496
18.8.3.3	Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática.....	497
18.8.3.4	Contratações previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24 da Lei 8.666/1993	498
18.8.3.5	Outras exceções ao prazo anual dos contratos.....	498
18.9	Prorrogação dos contratos	499
18.10	Inexecução contratual.....	501
18.10.1	Inexecução culposa	501
18.10.1.1	Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>).....	501
18.10.2	Inexecução sem culpa	503
18.10.2.1	Teoria da imprevisão	504
18.10.2.2	Fato do príncipe	504
18.10.2.3	Caso fortuito e força maior	505
18.11	Extinção dos contratos	505
18.11.1	Motivos, formas e consequências da rescisão contratual	505
18.11.2	Mecanismos de resolução de conflitos administrativos: negociação, mediação, arbitragem e os <i>dispute boards</i>	507
18.12	Sanções administrativas	510
18.13	Controle das licitações e dos contratos.....	513
18.14	Responsabilidade civil nos contratos administrativos.....	515
18.14.1	Responsabilidade primária do contratado e responsabilidade subsidiária do Estado pela má execução do contrato	515
18.14.2	Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários.....	516
18.14.3	Responsabilidade pessoal do parecerista nas licitações.....	517
18.15	Contratos das empresas estatais	518
18.16	Convênios administrativos, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres.....	521
18.17	Resumo do capítulo	524

CAPÍTULO 19

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA
ORDEM ECONÔMICA

19.1	Estado e ordem econômica: Estado liberal, Estado social e Estado regulador	529
19.2	Fundamentos e princípios da ordem econômica.....	530
19.3	Espécies de intervenção do estado na ordem econômica	531

19.4	Planejamento	532
19.4.1	Conceito.....	532
19.4.2	Fundamentos.....	533
19.4.3	Instrumentos de planejamento.....	534
19.5	Regulação (estado regulador).....	535
19.5.1	Regulação: conceito.....	535
19.5.2	Regulação x regulamentação.....	536
19.5.3	Formas de regulação: regulação estatal, regulação pública não estatal e autorregulação.....	536
19.5.4	Evolução da regulação e o papel do Estado Regulador	537
19.5.5	Análise de Impacto Regulatório (AIR).....	540
19.5.6	Regulação e promoção da concorrência.....	546
19.5.6.1	Liberdade de entrada	546
19.5.6.2	Liberdade relativa de preços	547
19.5.6.3	Fragmentação do serviço público (<i>unbundling</i>)	547
19.5.6.4	Compartilhamento compulsório das redes e infra-estruturas (<i>essential facilities doctrine</i>)	549
19.5.7	Controle de preços	551
19.5.8	Regulação por incentivos ou por “empurrões” (<i>nudge</i>).....	552
19.5.9	Acordos decisórios ou substitutivos na regulação	554
19.6	Fomento.....	555
19.6.1	Conceito.....	555
19.6.2	Características.....	556
19.6.3	Limites.....	556
19.6.4	Classificações de fomento	557
19.6.4.1	Quanto ao conteúdo: fomento positivo e negativo... ..	557
19.6.4.2	Quanto ao destinatário: fomento econômico e social	558
19.6.4.3	Quanto aos meios: fomento honorífico, econômico e jurídico.....	558
19.6.5	Instrumentos de fomento	559
19.6.5.1	Benefícios ou incentivos fiscais.....	559
19.6.5.2	Benefícios ou incentivos creditícios	560
19.6.5.3	Outros instrumentos (rol exemplificativo).....	560
19.7	Repressão ao abuso do poder econômico e proteção da concorrência (direito antitruste ou da concorrência)	560
19.7.1	Fundamentos do direito antitruste ou direito da concorrência... ..	560
19.7.2	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)	561
19.7.3	Condutas anticoncorrenciais	563
19.7.4	Infrações à ordem econômica: responsabilidades, sanções e prescrição.....	564

19.7.5	Controle da concorrência nos setores regulados: CADE x agências reguladoras.....	566
19.8	Exploração direta da atividade econômica (Estado empresário).....	567
19.8.1	Estado Empresário: requisitos	567
19.8.2	Intervenção concorrencial do Estado Empresário.....	568
19.8.3	Intervenção monopolista do Estado Empresário.....	568
19.8.3.1	Estruturas de mercado: concorrência perfeita, concorrência imperfeita, oligopólio (e oligopsônio), monopólio (monopsônio) e monopólio bilateral	568
19.8.3.2	Espécies de monopólio: de fato e de direito	570
19.8.3.3	Monopólios públicos ou estatais	570
19.9	Resumo do capítulo	572

CAPÍTULO 20

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

20.1	Fundamentos da intervenção estatal na propriedade.....	579
20.2	Modalidades: intervenções restritivas e supressivas	580
20.3	Servidão administrativa.....	580
20.3.1	Conceito.....	580
20.3.2	Fontes normativas	581
20.3.3	Objeto.....	582
20.3.4	Instituição	582
20.3.5	Extinção	584
20.3.6	Indenização	584
20.4	Requisição	584
20.4.1	Conceito.....	584
20.4.2	Fontes normativas	584
20.4.3	Objeto.....	585
20.4.4	Instituição e extinção	586
20.4.5	Indenização	586
20.5	Ocupação temporária	586
20.5.1	Conceito.....	586
20.5.2	Fontes normativas	586
20.5.3	Objeto.....	587
20.5.4	Instituição e extinção	587
20.5.5	Indenização	588
20.6	Limitações administrativas	588
20.6.1	Conceito.....	588
20.6.2	Fontes normativas	589
20.6.3	Objeto.....	589

20.6.4	Instituição e extinção	589
20.6.5	Indenização	589
20.7	Tombamento	590
20.7.1	Conceito.....	590
20.7.2	Fontes normativas	592
20.7.3	Objeto.....	593
20.7.4	Tombamento x Registro.....	594
20.7.5	Classificações	595
20.7.6	Instituição e cancelamento	597
20.7.7	Efeitos.....	598
20.7.8	Indenização	600
20.8	Resumo do capítulo	600

CAPÍTULO 21 DESAPROPRIAÇÃO

21.1	Conceito	603
21.2	Modalidades e fontes normativas.....	604
21.2.1	Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública ou interesse social	605
21.2.2	Desapropriação urbanística	605
21.2.3	Desapropriação rural	607
21.2.4	Expropriação confiscatória	609
21.3	Objeto	610
21.3.1	Bens públicos	611
21.3.2	Bens da Administração Indireta.....	613
21.4	Procedimento.....	615
21.4.1	Fase declaratória	615
21.4.1.1	Competência declaratória	615
21.4.1.2	Efeitos da declaração	616
21.4.2	Fase executória.....	617
21.4.2.1	Competência executória.....	617
21.5	Ação de desapropriação: aspectos relevantes	617
21.5.1	Imissão provisória na posse	617
21.5.2	Defesa do réu e extensão do controle judicial	620
21.5.3	Direito de extensão.....	621
21.5.4	Indenização	623
21.5.4.1	Juros moratórios.....	624
21.5.4.2	Juros compensatórios	625
21.5.4.3	Honorários advocatícios	627
21.5.5	Desistência da ação de desapropriação: requisitos.....	627
21.5.6	Intervenção do Ministério Público	628

21.6	Transferência da propriedade	629
21.7	Desapropriação por zona	630
21.8	Retrocessão	631
21.8.1	Conceito e natureza jurídica	631
21.8.2	Tredestinação lícita x tredestinação ilícita	632
21.8.3	Tredestinação e omissão	633
21.8.4	Tredestinação, desdestinação e adestinação	634
21.8.5	Prescrição	635
21.9	Desapropriação indireta	635
21.9.1	Conceito e natureza jurídica	635
21.9.2	“Ação de desapropriação indireta”: legitimidade, foro processual e prescrição	636
21.10	Resumo do capítulo	638

CAPÍTULO 22 BENS PÚBLICOS

22.1	Conceito	641
22.2	Domínio eminente e domínio patrimonial	643
22.3	Classificações	643
22.3.1	Critério da titularidade: bens públicos federais, estaduais, distritais, municipais e interfederativos	643
22.3.2	Critério da afetação pública: bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais	644
22.4	Afetação e desafetação	645
22.5	Regime jurídico dos bens públicos	646
22.5.1	Alienação condicionada ou inalienabilidade relativa	647
22.5.2	Impenhorabilidade	649
22.5.3	Imprescritibilidade	650
22.5.4	Não onerabilidade	651
22.6	Formas de uso do bem público: comum, especial e privativo	651
22.7	Uso privativo do bem público	652
22.7.1	Autorização	653
22.7.1.1	Autorização condicionada ou qualificada	653
22.7.1.2	Autorização de uso urbanística	654
22.7.2	Permissão	654
22.7.2.1	Permissão condicionada ou qualificada	656
22.7.3	Concessão	656
22.7.3.1	Concessão de direito real de uso	657
22.7.3.2	Concessão de uso especial para fins de moradia	657
22.7.3.3	Concessão florestal	659
22.7.4	Cessão de uso	660

22.7.5	Uso privativo de bem público por instrumentos de direito privado.....	661
22.7.5.1	Locação.....	661
22.7.5.2	Comodato.....	662
22.7.5.3	Enfiteuse ou aforamento.....	663
22.8	Aquisição de bens públicos.....	663
22.8.1	Aquisição por instrumentos de direito público e de direito privado.....	663
22.8.2	Aquisição originária e derivada.....	664
22.8.3	Aquisição por ato <i>inter vivos</i> e por <i>causa mortis</i>	664
22.9	Principais espécies de bens públicos.....	664
22.9.1	Terras devolutas.....	664
22.9.2	Terrenos de marinha e seus acrescidos.....	665
22.9.3	Terrenos marginais ou reservados.....	666
22.9.4	Terras indígenas.....	666
22.9.5	Plataforma continental.....	667
22.9.6	Ilhas.....	668
22.9.7	Faixa de fronteiras.....	668
22.9.8	Minas e jazidas.....	669
22.9.9	Domínio hídrico.....	670
22.9.10	Espaço aéreo.....	671
22.10	Resumo do capítulo.....	671

CAPÍTULO 23

AGENTES PÚBLICOS

23.1	Conceito.....	675
23.2	Espécies.....	675
23.2.1	Agentes públicos de direito.....	676
23.2.1.1	Agentes políticos.....	676
23.2.1.2	Servidores públicos.....	677
23.2.1.3	Particulares em colaboração.....	678
23.2.2	Agentes públicos de fato.....	678
23.3	Servidores públicos.....	679
23.3.1	Classificação.....	679
23.3.2	Regimes jurídicos funcionais.....	679
23.3.2.1	Regime estatutário.....	679
23.3.2.2	Regime trabalhista (celetista) e regime do emprego público.....	681
23.3.2.3	Regime especial.....	682
23.3.3	Regime Jurídico Único (RJU).....	684

23.4	Cargos públicos	688
23.4.1	Cargo, emprego e função pública	688
23.4.2	Classe, carreira, quadro e lotação	688
23.4.3	Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções	689
23.4.4	Acessibilidade dos cargos, empregos e funções públicas	691
23.4.5	Classificação dos cargos.....	691
23.4.6	Cargo em comissão x função de confiança	693
23.4.7	Provimento	693
23.4.7.1	Provimento originário	694
23.4.7.2	Provimento derivado	694
23.4.8	Investidura, posse e exercício.....	698
23.4.9	Vacância	699
23.4.10	Acumulação de cargos, empregos e funções	699
23.5	Estabilidade	702
23.5.1	Alcance da estabilidade: servidores estatutários	702
23.5.2	Estágio probatório: prazo de três anos.....	703
23.5.3	Efetivo exercício.....	704
23.5.4	Avaliação especial de desempenho	705
23.5.5	Estabilidade no serviço, e não no cargo.....	705
23.5.6	Estabilidade extraordinária ou estabilização constitucional.....	706
23.5.7	Estabilidade x efetividade	706
23.5.8	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor estável	707
23.6	Vitaliciedade	709
23.6.1	Alcance da vitaliciedade: servidores vitalícios.....	709
23.6.2	Vitaliciedade automática e diferida.....	709
23.6.3	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor vitalício	710
23.7	Concurso público	710
23.7.1	Conceito e alcance da regra do concurso	710
23.7.2	Inexigibilidade	712
23.7.3	Prazo de validade e prorrogação	713
23.7.4	Requisitos de participação e de aprovação.....	714
23.7.5	Discriminações legítimas e ilegítimas: idade, sexo, altura etc. As cotas raciais em concursos públicos.....	716
23.7.6	Acesso do idoso aos cargos e empregos públicos.....	718
23.7.7	Reserva de vagas para portadores de deficiência	719
23.7.8	Exame psicotécnico.....	720
23.7.9	Estágio experimental.....	720
23.7.10	Aprovação no concurso e o direito à nomeação.....	721
23.7.11	Direito à vista e à revisão das provas.....	724

23.7.12	Concursos públicos e nomeações em períodos eleitorais: limites e possibilidades	725
23.8	Sistema remuneratório	727
23.8.1	Revisão da remuneração e vinculação	729
23.9	Teto remuneratório	731
23.10	Associação sindical	736
23.11	Greve.....	736
23.12	Regime previdenciário dos servidores públicos.....	738
23.12.1	Espécies de Regimes de Previdência.....	738
23.12.2	Aposentadoria.....	739
23.12.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	739
23.12.2.2	Modalidades de aposentadoria.....	740
23.12.2.3	Proventos: fim da integralidade e da paridade.....	742
23.12.2.4	Acumulação de proventos.....	743
23.12.3	Abono de permanência.....	743
23.12.4	Pensões.....	743
23.12.5	Contribuições previdenciárias.....	744
23.12.6	Fundo previdenciário.....	744
23.12.7	Previdência complementar.....	745
23.13	Resumo do capítulo	746

CAPÍTULO 24

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

24.1	Conceito	749
24.2	Responsabilidade civil e sacrifício de direitos	749
24.3	Evolução da responsabilidade civil do Estado.....	750
24.3.1	Fase da irresponsabilidade civil do Estado.....	750
24.3.2	Fase da responsabilidade subjetiva.....	750
24.3.2.1	Teoria da culpa individual (atos de império x atos de gestão).....	750
24.3.2.2	Teoria da culpa anônima (culpa do serviço).....	751
24.3.3	Fase da responsabilidade civil objetiva	751
24.3.4	A responsabilidade civil do Estado no ordenamento jurídico brasileiro	751
24.4	Responsabilidade civil extracontratual e contratual.....	752
24.5	Responsabilidade civil objetiva: ato lícito e ilícito	753
24.6	Fundamentos da responsabilidade objetiva: teoria do risco administrativo e repartição dos encargos sociais	754
24.7	Pressupostos da responsabilidade civil do Estado	755
24.7.1	Conduta (fato administrativo).....	755
24.7.2	Dano.....	756

24.7.3	Nexo de causalidade.....	756
24.8	Causas excludentes do nexo de causalidade.....	757
24.8.1	Fato exclusivo da vítima.....	758
24.8.2	Fato de terceiro.....	758
24.8.3	Caso fortuito e força maior.....	759
24.8.4	Causas excludentes e atenuantes.....	759
24.9	Pessoas responsáveis à luz do art. 37, § 6.º, da CRFB.....	759
24.9.1	Pessoas jurídicas de direito público.....	760
24.9.2	Pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.....	760
24.9.2.1	Responsabilidade das estatais: serviços públicos e atividade econômica.....	760
24.9.2.2	Responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos.....	761
24.9.2.3	Responsabilidade do Terceiro Setor.....	761
24.9.3	Responsabilidade primária e subsidiária.....	762
24.10	Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	763
24.11	Agentes públicos e a responsabilidade civil do Estado.....	765
24.11.1	Dualidade de regimes de responsabilidade civil no art. 37, § 6.º, da CRFB: responsabilidade objetiva do Estado e responsabilidade subjetiva do agente público.....	765
24.11.2	O vocábulo “agentes” e seu alcance.....	765
24.11.3	Litisconsórcio facultativo x Teoria da dupla garantia.....	766
24.11.4	Reparação do dano e ação regressiva em face do agente público.....	767
24.11.5	Denúnciação da lide.....	768
24.12	Prescrição.....	769
24.13	Responsabilidade civil por atos legislativos.....	772
24.13.1	Leis de efeitos concretos e danos desproporcionais.....	773
24.13.2	Leis inconstitucionais.....	774
24.13.3	Omissão legislativa.....	775
24.14	Responsabilidade civil por atos judiciais.....	776
24.14.1	Erro judiciário.....	777
24.14.2	Prisão além do tempo fixado na sentença.....	779
24.14.3	Demora na prestação jurisdicional.....	780
24.14.4	Prisão cautelar e posterior absolvição.....	780
24.14.5	Responsabilidade pessoal do juiz.....	781
24.15	Responsabilidade do Estado, dos notários e registradores.....	782
24.16	Responsabilidade civil por danos causados por obras públicas.....	785

24.17	Responsabilidade civil por atos de multidões (atos multitudinários)	786
24.18	Responsabilidade civil por danos ambientais	786
24.19	Resumo do capítulo	788

CAPÍTULO 25

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

25.1	Controle	791
25.1.1	Espécies de controle	791
25.1.1.1	Autocontrole (controle interno), controle externo e controle social	791
25.1.1.2	Controle preventivo e repressivo	792
25.1.1.3	Controle de legalidade e controle do mérito	792
25.2	Controle administrativo	792
25.2.1	Conceito	793
25.2.2	Tutela e autotutela administrativa	793
25.2.3	Meios de controle administrativo	793
25.3	Controle legislativo	794
25.3.1	Conceito	794
25.3.2	Casos de controle	794
25.3.2.1	Sustação de atos normativos	794
25.3.2.2	Convocação de autoridades e requisição de informações	794
25.3.2.3	Autorização e aprovação de ato administrativo	795
25.3.2.4	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)	795
25.3.2.5	Julgamento do chefe do Executivo: <i>impeachment</i>	795
25.3.2.6	Controle financeiro	796
25.4	Controle do Tribunal de Contas	796
25.4.1	Conceito e visão geral	796
25.4.2	Critérios do controle: legalidade, legitimidade e economicidade	798
25.4.3	Atribuições dos Tribunais de Contas	798
25.4.3.1	Consultiva	798
25.4.3.2	Fiscalizadora	798
25.4.3.3	Julgadora	799
25.4.3.4	Registro	799
25.4.3.5	Sancionadora	799
25.4.3.6	Corretiva	799
25.4.3.7	Ouvidoria	800
25.5	Controle jurisdicional	800
25.5.1	Sistemas de controle jurisdicional	800
25.5.2	Limites e possibilidades do controle jurisdicional	800

25.5.3	Tendências do controle jurisdicional dos atos administrativos a partir de uma visão pragmática e institucional	801
25.5.4	Fazenda Pública em juízo	804
25.5.5	Instrumentos de controle judicial da Administração Pública...	807
25.5.6	<i>Habeas corpus</i>	807
25.5.6.1	Conceito e fontes normativas	807
25.5.6.2	Espécies de <i>habeas corpus</i>	808
25.5.6.3	Legitimidade	808
25.5.6.4	Objeto	809
25.5.6.5	Prazo	810
25.5.6.6	Competência.....	810
25.5.6.7	Procedimento, decisão e coisa julgada	811
25.5.7	Mandado de segurança individual	811
25.5.7.1	Conceito e fontes normativas	811
25.5.7.2	Espécies de mandado de segurança.....	812
25.5.7.3	Legitimidade	812
25.5.7.4	Autoridade coatora	814
25.5.7.5	Objeto	816
25.5.7.6	Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança.....	817
25.5.7.7	Prazo	818
25.5.7.8	Competência.....	820
25.5.7.9	Decisão e coisa julgada.....	821
25.5.8	Mandado de segurança coletivo	822
25.5.8.1	Conceito e fontes normativas	822
25.5.8.2	Legitimidade	822
25.5.8.3	Objeto	824
25.5.8.4	Decisão e coisa julgada.....	825
25.5.9	Mandado de injunção	826
25.5.9.1	Conceito e fontes normativas	826
25.5.9.2	Espécies de mandado de injunção	827
25.5.9.3	Legitimidade	827
25.5.9.4	Objeto	828
25.5.9.5	Prazo	829
25.5.9.6	Competência.....	829
25.5.9.7	Procedimento, decisão e coisa julgada	830
25.5.9.8	Mandado de injunção x ação direta de inconstitucionalidade por omissão	833
25.5.10	<i>Habeas data</i>	834
25.5.10.1	Conceito e fontes normativas	834

25.5.10.2	Legitimidade	835
25.5.10.3	Objeto	835
25.5.10.4	Prazo	837
25.5.10.5	Competência	837
25.5.10.6	Procedimento, decisão e coisa julgada	837
25.5.11	Ação popular	839
25.5.11.1	Conceito e fontes normativas	839
25.5.11.2	Legitimidade	839
25.5.11.3	Objeto	841
25.5.11.4	Prazo	841
25.5.11.5	Competência	841
25.5.11.6	Procedimento, decisão e coisa julgada	842
25.5.12	Ação civil pública.....	842
25.5.12.1	Conceito e fontes normativas	842
25.5.12.2	Legitimidade	843
25.5.12.3	Objeto	845
25.5.12.4	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	846
25.5.12.5	Inquérito civil	847
25.5.12.6	Prazo	847
25.5.12.7	Competência.....	847
25.5.12.8	Procedimento, decisão e coisa julgada	847
25.5.13	Ação de improbidade administrativa.....	849
25.5.13.1	Conceito e fontes normativas	849
25.5.13.2	Legitimidade	850
25.5.13.3	Objeto	861
25.5.13.4	Atos de improbidade administrativa	862
25.5.13.5	Prazo	871
25.5.13.6	Competência.....	874
25.5.13.7	Procedimento, decisão e coisa julgada	874
25.5.14	Sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	877
25.6	Resumo do capítulo	884
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		887
OBRAS DO AUTOR		913
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		917
MATERIAL SUPLEMENTAR – SLIDES DAS VIDEOAULAS.....		943